



# TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de Concreto Usinado para manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Marau/RS.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.  
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.  
Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

Marau, 07 de maio de 2026.



## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s):** A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública será a coordenadora desta contratação.

**1.2. Da (s) Secretaria (s) Participante (s):** Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

**1.3. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações:** O objeto da presente contratação está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026. Ademais, tratando-se de Registro de Preços, suas despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas a cada ordem de entrega emitida.

**1.4.** Os quantitativos registrados constituem mera estimativa de consumo, não gerando obrigação de contratação integral por parte do Município.

**1.5.** Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

## 2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente Licitação o Registro de Preços, visando futuras *Aquisições de Concreto Usinado para manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Marau/RS*.

**2.2.** O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para contratação no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado, constituindo uma mera estimativa.

| Item | Cód.        | Descrição do Produto/Serviço          | Un. | Qtd.  |
|------|-------------|---------------------------------------|-----|-------|
| 1    | 001.011.010 | Concreto, fck=25MPa, com brita 1 e 0. | M³  | 1.400 |
| 2    | 003.004.110 | CONCRETO FCK 30                       | M³  | 1.400 |

**2.3. Da classificação/natureza do objeto:** O objeto desta contratação se enquadra na descrição de produtos comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.



**2.4. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** O prazo de vigência da ata de registro de preços é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

**2.4.1.** A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

**2.4.1.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

**2.4.1.2.** Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

**2.4.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

**2.4.3.** Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Embora o Município de Marau disponha de estrutura administrativa organizada, equipe técnica qualificada e equipamentos aptos à execução de diversas atividades relacionadas às obras e serviços de infraestrutura, verifica-se limitação relevante no que se refere à inexistência de usina própria de concretagem, circunstância que inviabiliza a produção interna de concreto usinado destinado às demandas da Administração Municipal.

A ausência dessa estrutura impossibilita o fornecimento próprio de materiais fundamentais para a execução de obras públicas, especialmente concreto usinado FCK 25 Mpa e FCK 30 Mpa, materiais indispensáveis para a realização de serviços de construção, ampliação, recuperação e manutenção de estruturas públicas, incluindo calçadas, pontes, muros de contenção, galerias pluviais, pisos, lajes, fundações, contrapisos e demais obras que demandam resistência, durabilidade, segurança e desempenho adequado.

A utilização de concreto usinado constitui prática consolidada e recorrente na Administração Pública Municipal, sendo amplamente adotada não apenas pelo Município de Marau, mas também por diversos outros entes públicos, em razão da padronização da qualidade do material, maior eficiência operacional, redução de desperdícios, otimização do tempo de



execução e melhores resultados técnicos nas obras e serviços executados.

Em exercícios anteriores, o Município contou com Atas de Registro de Preços destinadas ao fornecimento desses materiais. Contudo, diante do encerramento da vigência da última Ata, a Administração publicou o **Pregão Eletrônico nº 19/2026 – Registro de Preços nº 12/2026**, destinado à continuidade do atendimento das demandas municipais.

Entretanto, o referido procedimento restou **FRACASSADO**, tendo em vista que os valores apresentados pelos licitantes ficaram acima dos preços estimados pela Administração, inviabilizando a adjudicação do objeto.

Dessa forma, o presente Termo de Referência (TR) decorre da solução identificada pela Administração como a mais adequada para assegurar o atendimento das demandas municipais e à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e às normas legais vigentes.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a republicação de processo licitatório para futuras *aquisições de Concreto Usinado para manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Marau/RS*

Considerando a natureza do objeto, classificado como bem comum, bem como a existência de diversos fornecedores aptos no mercado, entende-se que a contratação deva ocorrer por meio de Pregão Eletrônico com critério de julgamento de menor preço por item, assegurando ampla competitividade, isonomia, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Levando em consideração experiências anteriores do Município, bem como, a natureza variável e imprevisível da demanda - diretamente relacionada às condições da infraestrutura municipal - conclui-se que a solução mais adequada é a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Art. 82 e seguintes da Lei 14.133/2021.

O Sistema de Registro de Preços permite à Administração realizar contratações de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva, evitando aquisições em excesso, reduzindo



desperdícios e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Além disso, confere maior flexibilidade administrativa, possibilitando o atendimento célere das demandas rotineiras e emergenciais, sem a necessidade de instauração de novos processos licitatórios a cada demanda.

Outro fator que reforça a escolha, é que o fato de adoção do sistema de Registro de Preços evita a necessidade de licitar sempre que surgir a demanda pelos produtos aqui listados, demonstrando a obediência aos princípios da eficiência e economicidade, além da prerrogativa de possível renovação da ata de registro de preços.

Quanto ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, observar-se-á o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, sendo fixado em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Ademais, por ocasião da prorrogação da vigência da Ata, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente previsto, desde que devidamente justificada e demonstrada a vantajosidade, devendo o ato de prorrogação indicar expressamente o quantitativo renovado.

A possibilidade de renovação dos quantitativos, quando vantajosa, assegura maior flexibilidade e continuidade no atendimento das demandas administrativas, evitando a necessidade de novos certames para o mesmo objeto em curto espaço de tempo, o que contribui para a redução de custos operacionais e maior eficiência na atuação da Administração Pública.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Da subcontratação**

**5.1.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5.2. Da garantia da contratação**

**5.2.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

### **5.3. Dos critérios de sustentabilidade**

**5.3.1.** Como medida mitigatória dos possíveis impactos ambientais, será exigido do futuro contratado o atendimento a todos critérios estabelecidos em legislação ambiental vigente



acerca do fornecimento dos produtos objeto desta contratação.

Ressaltamos ainda que, as medidas mitigatórias apropriadas deverão ser observadas durante a aplicação dos produtos aqui adquiridos, como é o caso de execução de obras novas e serviços de manutenção e melhorias na infraestrutura municipal, como é o caso de execução de pontes, calçadas, muros e etc.

Considerando a etapa de aquisição dos produtos, não se identificaram impactos ambientais diretos que exijam medidas específicas, uma vez que a empresa contratada contará com todas as licenças ambientais conforme legislação vigente.

#### **5.4. Especificação da garantia dos materiais**

**5.4.1.** A garantia legal seguirá o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **6.1. Das condições de execução**

**6.1.1.** A entrega dos produtos seguirá a seguinte dinâmica:

**6.1.2.** Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias consecutivos**, a contar do recebimento da ordem de entrega emitida pela Secretaria Municipal Solicitante.

**6.1.3.** O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

**6.1.4.** Caso não seja possível realizar a entrega na data assinalada, o licitante deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria solicitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**6.1.5.** No caso de descumprimento dos prazos determinados para a entrega dos produtos, ou ainda estes estarem em desacordo com o estabelecido no processo licitatório, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

**6.1.6.** Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital. Neste caso, o licitante fica obrigado a substituir os itens irregulares, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

**6.1.7.** A Licitante deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta



Licitação.

## **6.2. DOS PRODUTOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.2.1.** Os produtos deverão atender às especificações constantes na descrição do objeto, conforme quadro do **tópico 2.** e demais disposições constantes no presente Termo de Referência.

**6.2.2.** Os produtos deverão ser entregues nos horários de expediente da Prefeitura Municipal de Marau, de segunda à sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, momento em que servidor responsável conferirá quanto à conformidade com o Termo de Referência e Edital. Os locais e quantidades a serem entregues serão informados pelas Secretarias Solicitantes no momento da solicitação de entrega.

**6.2.3.** Reserva-se ao Município o direito de solicitar entregas **em toda circunscrição municipal** e sem custos adicionais.

**6.2.4.** O material deverá ser transportado do ponto de origem (carga) até o destino final em **caminhão “betoneira”**, devendo chegar ao local em condições adequadas de aplicação. Caso o material apresente consistência, resistência, volume e/ou outras condições divergentes do estabelecido, o material será recusado, devendo a Licitante promover sua substituição, sem qualquer ônus ao Município, além de responder integralmente por eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento inadequado.

**6.2.5.** A Licitante deverá apresentar, sempre que solicitado e sem qualquer ônus ao Contratante, laudos, testes laboratoriais e/ou ensaios que comprovem a qualidade, as características e a conformidade do material fornecido com as normas técnicas aplicáveis e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

**6.2.6.** Todos os custos referentes a entrega e transporte dos produtos são de responsabilidade do licitante, o qual também deverá descarregar em local indicado pelo fiscal ou servidor designado para tal, comprometendo-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes, exonerando-se integralmente o Município.

**6.2.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**6.2.8.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que executará o objeto ora contratado, serão da exclusiva responsabilidade do licitante, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município

## **6.3. DOS RELATÓRIOS DE FORNECIMENTO**



**6.3.1.** Caberá ao Licitante apresentar, juntamente com as notas fiscais, relatórios/comprovações dos produtos e quantidades efetivamente entregues.

**6.3.2. Apenas quando solicitado:** Laudos, testes laboratoriais e/ou ensaios que comprovem a qualidade, as características e a conformidade do material fornecido, conforme disposto no **tópico 6.2.5.** do presente Termo de Referência.

## **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** A estimativa da despesa foi realizada em conformidade com o disposto no Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** Para a presente contratação, optou-se pela adoção de **orçamento sigiloso**, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**7.3.** A não divulgação prévia do valor estimado da contratação tem por finalidade incentivar a apresentação de propostas mais competitivas, compatíveis com os preços praticados no mercado, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **8.1. Das orientações gerais da fiscalização**

**8.1.1.** O Contrato/Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização da execução contratual.

### **8.2. Dos responsáveis pela fiscalização**

**8.2.1.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

**Gestor do contrato:** Nelci Silvestri;

**Fiscal administrativo:** o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

**Fiscal administrativo suplente:** o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

**8.2.2.** O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

**8.2.3.** O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações





necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

## 9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**9.1.** O objeto será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato ou servidor designado, mediante verificação inicial da quantidade, qualidade e conformidade dos produtos entregues com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na respectiva ordem de fornecimento.

**9.2.** O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos produtos entregues com as exigências contratuais, especialmente quanto à qualidade, quantidade e demais especificações técnicas aplicáveis ao objeto.

**9.3.** Constatada qualquer desconformidade quanto às especificações exigidas, o Município poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, nos termos do art. 140, §1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo o **DETENTOR DO PREÇO** promover a substituição, correção ou regularização do objeto, sem qualquer ônus adicional à Administração, no prazo estabelecido no Edital e no Termo de Referência.

**9.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do **DETENTOR DO PREÇO** por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos fornecidos e verificados posteriormente, garantindo-se à Administração as prerrogativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nas demais normas aplicáveis.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

**10.1.** O pagamento será efetuado com base no(s) preço(s) unitário(s), multiplicado(s) pela quantidade efetivamente entregue e comprovada.

**10.2.** O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório.

**10.3.** O licitante vencedor deverá obrigatoriamente informar na nota fiscal/fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**10.4.** O CNPJ constante na nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.



**10.5.** Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidões de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante vendedor;
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Demais documentos descritos no tópico 6.3 do presente Termo de Referência.

**10.5.1.** Conforme legislação vigente, é assegurado ao Município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

**10.6.** A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega dos materiais for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município e de acordo com a quantidade efetivamente entregue.

**10.7.** O pagamento ao licitante vencedor, pela entrega dos materiais, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos itens anteriores, o que será confirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

**10.8.** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos materiais, a contar do recebimento e aprovação da fatura pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

**10.9.** Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à Tesouraria do Município, o banco, o número da agência e o número da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante.

**10.10.** O licitante vencedor deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**10.11.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante vencedor adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a solução do problema, observada a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.



**10.12.** O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**10.13.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**10.14.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante vencedor apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no Anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante vencedor.

**10.15.** Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da Portaria SRF n.º 1.454/2004, referente à retenção dos tributos disciplinados no art. 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **11.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**11.1.1.** O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

### **11.2. Das exigências da habilitação**

**11.2.1.** Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

### **11.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**11.3.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se



tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

**11.3.2.** Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

**11.3.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**11.3.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**11.3.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**11.3.6.** Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

#### **11.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**11.4.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

**11.4.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.4.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

**11.4.4.** Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**11.4.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### **11.5. Documentos relativos à habilitação técnica:**

**11.5.1.** Atestado de capacidade operacional da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que entregou, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.

**11.5.1.1.** Havendo dúvida quanto à veracidade, autenticidade, autoria, integridade ou conteúdo dos documentos apresentados para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional,



especialmente quando se tratar de documentos meramente digitalizados ou escaneados, contendo assinaturas manuscritas e desacompanhados de certificação eletrônica, meio de validação ou outro elemento idôneo de confirmação, caberá ao Pregoeiro promover diligência destinada à verificação do documento e das informações nele constantes.

**11.5.1.2.** Para fins da diligência prevista no item anterior, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a apresentação de notas fiscais e/ou contratos relacionados ao objeto indicado no documento apresentado, bem como realizar diligência diretamente junto ao órgão, entidade ou pessoa jurídica emissora do documento, com a finalidade de confirmar sua autoria, autenticidade, conteúdo, a relação jurídica, a efetiva execução do objeto e a pertinência da comprovação da qualificação técnica-operacional e/ou técnico-profissional.

**11.5.3.** Alvará de localização e funcionamento e Licenciamento Ambiental, conforme o local em que está instalado e o tipo de atividade que exerce.

#### **11.6. Documentos relativos à qualificação econômica:**

**11.6.1.** Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

**11.6.2.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

#### **11.7. Outros documentos de habilitação (declarações):**

**11.7.1.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

**11.7.2.** Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

**11.7.3.** Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

**11.7.4.** Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de



qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**11.7.5.** Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**11.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.**

**11.8.1.** O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela **LC 123/2006 (ME/EPP)**, deverá apresentar a certidão constante no item 11.3.6. deste Termo de Referência.

**11.8.1.1.** Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 11.3.6 do Termo de Referência, será declarado **inabilitado**.

**11.8.2.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**a)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**b)** A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**11.8.3.** O licitante que se enquadra nos benefícios concedido pela 123/2006, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Processo Licitatório, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

**11.8.3.1.** A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

**11.9.** Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz,



e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.10. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.**

**11.11.** Todos os documentos integrantes da proposta, da habilitação e das demais declarações exigidas neste edital deverão ser apresentadas com **assinatura eletrônica** do representante legal ou procurador da licitante, em conformidade com a Lei Federal nº 14.063/2020.

**11.11.1.** As assinaturas eletrônicas deverão observar os padrões de segurança previstos na legislação vigente, sendo admitidas as seguintes modalidades:

**11.11.2.** Assinatura eletrônica avançada: aquela realizada por meio de plataforma eletrônica que permita a identificação inequívoca do signatário e assegure a vinculação da assinatura ao documento, desde que observados os níveis de confiabilidade exigidos pela legislação aplicável;

**11.11.3.** Assinatura eletrônica qualificada: aquela realizada mediante uso de certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**11.11.4.** Não será admitida a apresentação de documentos meramente digitalizados (escaneados) contendo assinaturas manuscritas, sem a correspondente certificação eletrônica apta a comprovar a autoria, a integridade e, quando exigível, a autenticidade do documento.

**11.11.5.** A validade e a autenticidade das assinaturas eletrônicas poderão ser verificadas pela Administração por meio de ferramentas oficiais de conferência, sistemas próprios de validação ou mecanismos disponibilizados pela plataforma utilizada para aposição da assinatura.

**11.11.6.** Compete exclusivamente à licitante assegurar que os documentos encaminhados possibilitem a verificação da validade das assinaturas eletrônicas, bem como a preservação dos elementos de autenticidade e integridade do arquivo eletrônico.

**11.12.** Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.13.** Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação





nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520, e pelo e-mail [licitacoes@marau.rs.gov.br](mailto:licitacoes@marau.rs.gov.br) ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 07 de maio de 2026.

---

Responsável Compras  
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.

---

Responsável Compras  
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

---

Responsável Compras  
Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico.